



Educação Popular: reflexões e práticas transformadoras no projeto de extensão Universidade Popular

Popular Education: Reflections and Transformative Practices in the Popular University Extension Project

José Ledy Carvalho Santos

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa/PB-Brasil

Maria do Socorro da Silva Arantes

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina/PI-Brasil

Resumo

Este artigo analisa práticas transformadoras da educação popular na experiência do projeto de extensão Universidade Popular, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), desenvolvido desde 2017. O projeto atua em Bom Jesus-PI e em territórios rurais, como Laranjeira, em Currais-PI, buscando resgatar o papel social da universidade por meio de uma prática extensionista crítica, interdisciplinar e descolonial. Fundamentado na educação popular e na ecologia de saberes, o projeto desenvolve oficinas, seminários e rodas de conversa sobre direitos humanos, políticas públicas, saúde, educação, gênero, raça e classe, em articulação com territórios tradicionais e movimentos sociais. A experiência é discutida com base em autores como Freire (1987; 2015) e Melo Neto (2006; 2013), com o objetivo de refletir sobre os impactos formativos, políticos e epistemológicos dessa prática de extensão comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: Universidade Popular. Extensão Popular. Educação popular. Descolonialidade.

Abstract

This article analyzes transformative practices of popular education in the experience of the extension project People's University, from the Federal University of Piauí (UFPI) since 2017. The project operates in Bom Jesus, Piauí, and in rural communities such as Laranjeira, at Currais-PI, aiming to reclaim the university's social role through a critical, interdisciplinary, and decolonial extension practice. Grounded in popular education and the ecology of knowledge, the project carries out workshops, seminars, and discussion circles on human rights, public policies, health, education, gender, race, and class, in dialogue with traditional territories and social movements. The experience is discussed based on authors such as Freire (1987; 2015) and Melo Neto (2006; 2013), with the aim of reflecting on the formative, political, and epistemological impacts of an extension practice committed to social transformation.

Keywords: Popular University. Grassroots Extension. Popular Education. Decoloniality.

1 Educação Popular como epistemologia descolonial da Extensão Universitária

A descolonização tem sido uma semântica política e pedagógica nas lutas populares que se opõem aos processos de dominação eurocêntrica, seja pelas forças políticas transnacionais, seja pelas elites dominantes locais. A educação popular, como prática descolonialⁱ e de epistemologia dos oprimidos, redimensiona o compromisso social da universidade por meio da articulação entre os conhecimentos comunitários e tradicionais em práticas de extensão que reafirmem o caráter popular da universidade pública.

Em sua concepção crítica, a extensão popular ultrapassa o modelo tradicional de transferência de conhecimento, assumindo compromisso ético-político com os sujeitos historicamente constituídos nos territórios, com seus modos de vida e saberes. Em outra perspectiva, ao dialogar com as teorias vivenciadas e problematizadas na realidade (Freire, 1987; 2015), emerge como eixo estruturante das práticas extensionistas transformadoras. Freire propõe educação dialógica, problematizadora e emancipatória, capaz de reconhecer e valorizar os saberes construídos nas experiências de vida das classes populares.

Nesse contexto, insere-se o projeto de extensão Universidade Popular, desenvolvido desde 2017 em territórios rurais, como o de Laranjeira, localizado no município de Currais-Pi. A proposta parte da necessidade de resgatar e afirmar o papel social da universidade pública, aproximando-a das realidades vividas por populações do campo e da periferia urbana. Com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o projeto adota uma metodologia participativa, voltada para o fortalecimento de vínculos com os territórios populares e para a construção coletiva de conhecimentos socialmente vinculados às realidades dos sujeitos.

A extensão popular exige a escuta ativa dos povos, o estudo sobre os territórios e o reconhecimento de que o saber não é monopólio da universidade, mas um processo construído nas relações sociais, nos conflitos e nas lutas populares. Nessa linha, Melo Neto (2020) ressalta que a extensão universitária, quando orientada pela educação popular, torna-se espaço privilegiado de práxis, de reflexão e de ação transformadora, que contribui tanto para a formação crítica dos sujeitos universitários quanto para o fortalecimento da organização das classes populares historicamente excluídas do acesso ao conhecimento e à reflexão crítica de seus contextos.

O presente artigo tem como objeto de estudo o projeto de extensão Universidade Popular, vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus-PI, buscando compreender como os princípios da educação popular asseguram práticas educativas baseadas em uma concepção de extensão crítica fundamentada na justiça social. O objetivo geral é analisar as práticas educativas do projeto como experiência formativa e política no campo da extensão popular, que convergem dinâmicas de descolonização da educação pela relação entre universidade e comunidade. Como objetivos específicos, propõe-se: descrever como as ações do projeto materializam os princípios da educação popular; investigar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no contexto do projeto; e avaliar os impactos sociopolíticos e formativos para os territórios e sujeitos envolvidos.

Diante desse cenário, a questão-problema que orienta o estudo é: de que maneira o projeto de extensão Universidade Popular contribui para a consolidação de uma prática extensionista, fundada nos princípios da educação popular, e para a construção de uma universidade socialmente comprometida com os territórios rurais do sul do Piauí? A relevância deste estudo está na necessidade de refletir sobre práticas universitárias que rompem com a lógica assistencialista e tecnicista ainda presente em parte das ações extensionistas. O projeto de extensão Universidade Popular se afirma como uma experiência que busca construir novos sentidos para a universidade pública, ancorando-se em princípios éticos e políticos comprometidos com os direitos humanos, a equidade e a emancipação social.

A extensão universitária popular, como epistemologia descolonial, representa um dos principais instrumentos de articulação entre os conhecimentos científicos e populares da universidade e da sociedade. O projeto de extensão Universidade Popular emerge desse contexto, tendo como horizonte a educação popular e a justiça social.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada pelo alcance de resultados qualitativos para análise dos dados. Seu foco está na produção de dados descritivos sobre pessoas, contextos e processos, obtidos por meio do contato direto do pesquisador com a realidade estudada (Godoy, 1995). A investigação qualitativa conduz o pesquisador ao encontro das subjetividades presentes nas experiências humanas (Triviños, 1987). A metodologia também está fundamentada na prática da educação popular freiriana, na pesquisa-ação participativa (Borda, 1981) e na horizontalidade das relações pedagógicas.

Dentre as atividades analisadas estão levantamento documental, oficinas temáticas, rodas de conversa, seminário e vivências com foco nas contribuições do “I Encontro Cultural e Ancestral do Povo Gamela no Território Indígena de Laranjeira, no Sudoeste do Piauí”. Essa atividade englobou diversos momentos formativos e o envolvimento dos sujeitos em processos de formação na extensão popular, desde o planejamento das ações até a participação nas atividades, contribuindo para a formação coletiva sob diversos aspectos, conforme pretendem os objetivos do projeto de extensão Universidade Popular.

As ações aconteceram tanto no campus universitário, com o planejamento das atividades, quanto nos territórios atendidos, como o de Laranjeira, em Currais-Pi, realizando-se também uma breve descrição das ações e das fases iniciais do projeto nos primeiros contatos com as comunidades.

Como estratégia de coleta de dados, foi utilizada a análise documental, uma técnica amplamente empregada para a obtenção de informações a partir de materiais reconhecidos por sua autenticidade científica (Gil, 1999). Santos (2000) entende que a pesquisa documental é realizada por meio do exame de fontes diversas, tais como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios e obras originais de diferentes naturezas, como pinturas, esculturas e desenhos. Na coleta de dados, recorreu-se aos relatórios, anotações e demais fontes de registro do projeto de extensão Universidade Popular para se obter os dados necessários às análises.

O artigo está estruturado na seguinte ordem: além da introdução e da conclusão, na parte dedicada à educação do campo, situam-se os contextos da educação popular e sua incidência na relação entre universidade e comunidade como territórios educativos e confluências epistêmicas; no tópico seguinte, apresenta-se a discussão em torno das epistemologias nascidas nas lutas como campo que atualiza os princípios e fundamentos da educação popular como matriz de descolonização do pensamento e de democratização da universidade. A formação dos povos indígenas Gamela atualiza as práticas da educação popular como pedagogia do movimento, que se institui e se ressignifica diante da realidade social e dos contextos em disputa em torno de um projeto de educação e de sociedade.

2 Extensão Popular e Educação do Campo: territórios educativos e confluências epistêmicas

O projeto de extensão Universidade Popular teve seu início marcado em 2017, três anos após a implantação do curso de Educação do Campo na Universidade Federal do Piauí. Em razão de o curso de Licenciatura em Educação do Campo ser voltado à formação de professores para as escolas do campo, viu-se a necessidade de ampliar as atividades formativas para realizar a extensão, além de contribuir para a formação docente em seu aspecto teórico-prático, sendo que os bolsistas são oriundos da Educação do Campo (Piauí, 2017).

Assim sendo, o ponto de partida das ações práticas, teóricas e metodológicas concentrou-se em desenvolver uma atividade que servisse de formação inicial aos bolsistas do projeto e aos docentes coordenador(a) e vice-coordenador(a) do projeto de extensão Universidade Popular, com a realização de um intercâmbio com a Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, e instituições de movimentos sociais populares. O projeto Universidade Popular tem dialogado com diversos segmentos sociais históricos e espaços onde circulam os saberes populares, como territórios rurais e indígenas, movimentos sociais, coletivos populares, sindicatos e organizações da sociedade civil.

No território em que o projeto mais tem dialogado encontra-se a comunidade indígena Gamela de Laranjeira, situada no município de Currais – Piauí – Brasil, onde as atividades têm incidido política e pedagogicamente. O território de Laranjeira foi central no estabelecimento do foco de alcance das ações do projeto de extensão Universidade Popular, quando foram realizadas as primeiras atividades práticas e, posteriormente, outras ações em territórios circunvizinhos a Bom Jesus.

Essas atividades demarcaram o início das ações em Laranjeira e municípios vizinhos, com a realização do mapeamento das nascentes de rios, riachos e brejos de territórios do campo, a fim de promover atividades práticas de formação e conscientização sobre a importância dessas nascentes para a produção e conservação dos recursos hídricos, essenciais à manutenção e reprodução do modo de vida no campo, em territórios tradicionais que dependem diretamente da água desses mananciais e da preservação da biodiversidade como um todo.

Nesse momento, foi realizado o levantamento dos recursos hídricos de territórios rurais dos municípios de Currais, nos territórios de Laranjeira e Pirajá, e de Barreiras do Piauí, na comunidade Brejo da Lagoa, bem como uma visita técnico-científica ao Parque das

Nascentes, também em Barreiras do Piauí. Esses levantamentos marcaram a realização de diversas atividades, como os Círculos de Cultura, Expedições Pedagógicas e a Oficina dos Saberes.

As expedições pedagógicas no projeto Universidade Popular são espaços de valorização dos saberes populares comprometidos com a pedagogia da formação para transformação social. “A pedagogia ação-transformação é a realidade e a prática social dos sujeitos como lócus do conhecimento que se movimenta nas diversas áreas do conhecimento e que, ao mesmo tempo, transforma-se e se atualiza, ao situarmos fazeres dos sujeitos populares” (Silva, 2017, p. 198).

As estratégias adotadas para estruturar as ações do projeto são essenciais para definir as atividades a serem desenvolvidas, como oficinas e cursos de formação, e para orientar as metodologias utilizadas, com destaque para os círculos de cultura, entre outras. Dentre essas estratégias, utiliza-se o planejamento, que diz respeito à organização das atividades, contemplando a elaboração de roteiros, preparação de materiais, mobilização dos territórios, realização de reuniões e formação das equipes. Esse processo contribui para o desenvolvimento estruturado das ações, facilitando a produção dos registros escritos, como os relatórios.

As visitas técnico-científicas consistem em momentos prévios às atividades práticas, dedicados à observação das características físicas, sociais e culturais dos territórios. Esses encontros são registrados por meio de textos e imagens, contribuindo para a construção da memória das ações realizadas.

A sistematização das atividades trata-se de uma estratégia metodológica que envolve a organização de registros fotográficos, avaliação coletiva (identificação de potencialidades e fragilidades) e produção de textos reflexivos. Essa sistematização ocorre em dois momentos: logo após a coleta de dados e após a realização das atividades práticas. Ela constitui um eixo central no projeto de extensão Universidade Popular, conferindo cientificidade às práticas educativas desenvolvidas, nos preceitos de Holliday (2006).

As oficinas são espaços de formação e troca de experiências com os sujeitos dos territórios, por meio de diálogos construídos a partir da realidade local. Para que essas atividades aconteçam de forma significativa, são elaborados planejamentos com justificativas, objetivos e atenção ao caráter formativo das ações.

Os Círculos de Cultura, inspirados nos pressupostos freirianos, são realizados após atividades como intercâmbios, expedições pedagógicas e diálogos de saberes. Neles, promovem-se momentos de partilha de experiências entre estudantes bolsistas e voluntários do projeto de extensão Universidade Popular e os sujeitos dos territórios (Freire, 2015).

Os cursos de formação, desenvolvidos com o propósito de fortalecer a formação dos bolsistas do projeto, promovem o diálogo com as comunidades, permitindo a construção coletiva do conhecimento a partir das experiências vivenciadas nas visitas técnico-científicas e sistematizações anteriores.

Todas essas etapas são orientadas pela busca contínua de qualificação das práticas educativas. Ao reunir dados e reflexões, o processo favorece a reformulação de ideias, a revisão das estratégias e o aprimoramento constante das ações formativas. Ao reconhecer os sujeitos como protagonistas e produtores de saberes populares, o projeto opera como uma ferramenta de construção coletiva e de resistência. Compreende-se que esses grupos representam portadores de aprendizados das classes populares, capazes de produzir cultura, política e conhecimento. A presença da universidade nesses territórios visa fortalecer suas lutas e criar redes solidárias de enfrentamento às desigualdades.

Dentre as atividades de maior abrangência nas ações do projeto Universidade Popular, sobressaiu-se a realização do “I Encontro Cultural e Ancestral do Povo Gamela no Território Indígena de Laranjeira, no Sudoeste do Piauí”, realizado no período de 18 a 20 de novembro de 2022, na própria comunidade indígena Gamela, na zona rural do município de Currais-Pi. Nessa atividade, foi possível envolver os sujeitos da comunidade desde o planejamento inicial, com a elaboração e discussão das ações a serem realizadas no encontro.

Esse momento se constituiu como forma de mobilização coletiva e comprometimento dos sujeitos nas ações práticas, com o planejamento que ocorreu de forma remota, por meio de reuniões virtuais, e de forma presencial, em reuniões na universidade com os extensionistas do projeto de extensão Universidade Popular, para definir as atividades que seriam realizadas. Em todos esses encontros, realizava-se o resgate da memória das reuniões anteriores, demonstrando que esses momentos também se configuraram como espaços de aprendizado no campo da mobilização coletiva e divisão de tarefas, de forma a retomar o que havia sido discutido anteriormente e, assim, definir os próximos passos na organização do

encontro. No quadro a seguir, destacam-se as atividades realizadas e, logo após, uma breve sistematização.

Quadro 1 – Demonstrativo de atividades realizadas

ATIVIDADE	TÍTULO DA ATIVIDADE
Audiência Pública	Demarcação territorial indígena Gamela: perspectivas, ancestralidade e direito à terra na comunidade Laranjeira
Mesa Redonda	Ancestralidade e resistência indígena na demarcação da terra
Atividade cultural	Elementos de resistência do Povo Akroá Gamela
Abordagem dialogada	História e memória ancestral do Povo Akroá Gamela: aproximações e reencontros
Mesa Redonda	Demarcação ou regularização? Direito originário à terra do Povo Akroá Gamela
Atividade coletiva	Desenhar a organização territorial e política em cartografia social do Povo Akroá Gamela
Encerramento	Debate sobre a organização política do Povo Gamela do Maranhão e Piauí

Fonte: Elaborado a partir de arquivos do projeto de extensão Universidade Popular (2022).

A primeira atividade foi a audiência pública, realizada na Câmara Municipal de Currais, que marcou o início das atividades do I Encontro dos Povos Gamela e teve como objetivo central priorizar o debate sobre o direito originário dos indígenas na demarcação de seus territórios. A abertura da audiência foi conduzida pelos vereadores da casa legislativa, representados pelo presidente e vice-presidente da câmara, para a exposição das demandas dos povos Gamela em seus processos de luta pelo território. Fizeram uso da palavra os indígenas Gamela e convidados de instituições federais, municipais e estaduais, que trouxeram suas contribuições para fomentar o debate. Discutiu-se também a importância da segurança institucional para os povos indígenas e os processos de mobilização já desenvolvidos, como a defesa dos territórios indígenas.

Na segunda atividade, destacou-se a importância da mobilização dos indígenas em torno das lutas dos Gamela em defesa de seu território. Foram mencionados os impactos das disputas territoriais ocorridas em 2017, em conflito com o agronegócio, e a relevância da união

em torno das questões de interesse dos indígenas Gamela. Ressaltou-se a necessidade de conhecer essas informações para dar fluidez aos processos de demarcação das terras indígenas, como a liberação dos documentos de demarcação definitiva enquanto terras indígenas do Povo Gamela. Destacou-se também a importância de manter as mobilizações em torno das disputas com o Estado pela efetivação das políticas públicas, mesmo considerando a realização de um governo progressista e mais aberto ao diálogo.

Na terceira atividade, foi enfatizada a importância dos elementos culturais para a preservação da cultura e continuidade do modo de vida dos povos Gamela. Como forma de expressar sua resistência e preservação cultural, foi realizado, pelos indígenas Gamela e demais participantes, um momento de caminhada pela comunidade, acompanhados por cantos e expressões em sua língua, demonstrando união, resistência e preservação dos costumes.

Na quarta atividade, evidenciaram-se as formas de reafirmação da história e memória dos povos Gamela como um processo de retomada que consiste, primeiramente, em reafirmar a identidade do Povo Akroá Gamela com o registro de seus filhos com nomes indígenas, representando a história e mantendo viva a trajetória dos Gamela. Ficou evidente que a espiritualidade significa força de retomada da cultura, por manter vivos os hábitos ancestrais. A espiritualidade liga-se diretamente ao elemento que mais se manifesta na cultura Gamela: a conexão com a terra e o território.

Na quinta atividade, foram destacados os objetivos e a importância do fortalecimento da luta e das organizações sindicais, associações e movimentos indígenas em prol das lutas por reconhecimento de direitos e demarcação das terras indígenas. Destacou-se que o direito originário é anterior a qualquer direito regulatório indígena, sendo dever da Funai proceder à demarcação das terras indígenas.

Na sexta atividade, abordaram-se explicações sobre as metodologias para a construção da cartografia social dos territórios indígenas, com explanação de trabalhos realizados com comunidades anteriormente estudadas como tradicionais. Foi ressaltada a importância de desenhar o mapa da comunidade, representado em cartografia social, que apresenta o território com os elementos definidos como significativos. O mapa pode ser utilizado para subsidiar a demarcação das terras indígenas e também representa a construção da memória dos territórios.

A sétima atividade foi de encerramento, na qual se destacou a importância da discussão sobre o fortalecimento da luta, definida em organização, articulação e mobilização. Esse processo passa por uma mobilização que garanta discussões articuladas e uma unidade entre todos os Gamela, definindo as decisões de forma horizontalizada e com ampla participação empenhada na luta pelos direitos do Povo Gamela. Essa é uma forma de proteção coletiva da comunidade, evitando a concentração de responsabilidades em uma única liderança.

O projeto de extensão Universidade Popular tem contribuído tanto na formação dos estudantes quanto no fortalecimento dos territórios. Entre os resultados observados, destacam-se: 1) aproximação efetiva entre universidade e sociedade, por meio de práticas da extensão popular, criando vínculos concretos entre a universidade e os territórios, promovendo uma troca horizontal de saberes e o compromisso com as demandas sociais reais; 2) fortalecimento da identidade cultural e política, estimulando a consciência política ao reconhecer e valorizar suas práticas culturais e formas próprias de organização; 3) formação crítica dos estudantes e servidores, pela vivência direta com os territórios e sujeitos populares, estimulando nos extensionistas uma visão crítica da realidade social e ampliando a compreensão sobre desigualdades e práticas transformadoras; 4) valorização dos saberes populares e tradicionais, quando integra os saberes populares aos debates acadêmicos, a extensão popular desafia a lógica hegemônica do conhecimento e reconhece a legitimidade de outras formas de saber e fazer; 5) estabelecimento de redes locais de articulação, com as práticas extensionistas incentivando a organização coletiva, promovendo conexões entre movimentos sociais, grupos comunitários e instituições, fortalecendo a luta por direitos e autonomia.

A avaliação foi realizada ao fim das atividades do encontro, ocasião em que os participantes resumiram em palavras as reflexões e os aprendizados construídos: vitória, afeto, demarcação já, confiança nos encantados, gratidão, união, defesa dos territórios indígenas Gamela. As palavras apontadas no processo avaliativo das atividades revelam os sentidos que a extensão popular pode assumir quando enraizada nas vivências e lutas concretas dos territórios.

Ao promover espaços de escuta, troca e mobilização, a extensão deixa de ser uma ação complementar para se tornar um processo formativo e político, no qual os saberes

acadêmicos e populares se encontram de forma dialógica. Nesse contexto, a avaliação não mede apenas resultados, mas evidencia os afetos, resistências e esperanças que emergem quando a universidade se coloca a serviço da transformação social e do fortalecimento das identidades coletivas.

3 A educação popular na atualidade das novas epistemologias nascidas nas lutas

A base epistemológica do projeto de extensão Universidade Popular articula três eixos principais: a educação popular, a descolonialidade e a ecologia de saberes. Nesse intento, adota a perspectiva descolonial, valorizando o saber popular e confrontando epistemologias eurocêntricas que historicamente marginalizaram os conhecimentos oriundos das classes populares. A partir dessa categoria, o projeto de extensão Universidade Popular tem desenvolvido reflexões relevantes na valorização das experiências e narrativas dos sujeitos que habitam os territórios de resistência, expressas no reconhecimento da dignidade, da agência e da autonomia dos sujeitos historicamente silenciados, reafirmando sua centralidade na construção de novos horizontes educativos e políticos.

Na perspectiva de extensão em Freire (1979), o projeto assume que a educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos, promovendo a conscientização crítica e o diálogo entre saberes, pois “a educação se refaz constantemente na práxis”. Segundo Freire (1987, p. 47):

A concepção e a prática “bancárias”, imobilistas, “fixistas”, terminam por desconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana.

Ainda segundo Freire (1979, p. 113), “[...] conscientização [...] é um processo humano que se instaura quando a consciência se torna reflexiva”. Para Freire (1979), a educação é um ato político e libertador e deve ter como objetivos e prioridades a transformação da realidade. A extensão popular, enquanto prática pedagógica voltada para a transformação social, assume um papel central na valorização da cultura e dos saberes populares, além de promover a emancipação dos sujeitos a partir do reconhecimento de suas vivências e experiências. Autores como Silva (2020), Melo Neto (2006) e Cruz et al. (2018) têm

contribuído para a construção teórica e prática dessa abordagem, oferecendo uma reflexão profunda sobre os fundamentos e objetivos da educação popular, que embasam a extensão popular.

Silva (2020) defende que a extensão popular é essencialmente um processo de resistência, uma vez que se contrapõe às práticas pedagógicas tradicionais e elitistas, ao mesmo tempo em que valoriza as identidades e saberes locais, especialmente de territórios como os do campo e das periferias urbanas. Para tanto, Silva (2020, p. 1) propõe que deva acontecer um processo de:

[...] descolonização da concepção de extensão acadêmica pelos princípios da extensão popular que se realiza pelo interconhecimento entre saberes científicos e saberes populares; articula novas bases teórico-metodológicas no trabalho educativo por meio de metodologias participativas. A extensão popular constitui os princípios para construção do conceito de extensão descolonial, que se efetiva pela intervenção ativa dos sujeitos do campo a partir de uma pedagogia participante que promove a descolonização do conhecimento e da universidade.

A autora argumenta que a educação implementada pela extensão popular não deve ser desvinculada das realidades vividas pelos sujeitos, reafirmando que deve partir delas para promover uma transformação social concreta. Melo Neto (2006) complementa essa perspectiva ao reconhecer que a extensão popular rompe com os paradigmas tradicionais de ensino, pesquisa e extensão, nos quais o conhecimento é transmitido de forma vertical e autoritária, sem ser trabalhado com a comunidade. Para Melo Neto (2006, p. 7-8), a extensão popular é um modelo pedagógico reflexivo e participativo, no qual o sujeito é levado a se conscientizar sobre sua realidade e a buscar, por meio da educação, a transformação dessa realidade, pois:

[...] busca-se a perspectiva de ações acadêmicas com a sociedade, no sentido de melhor equacionamento do ensino e da pesquisa com a realidade. Atividade de extensão que não só repassa o conhecimento universitário às pessoas ou comunidades, como também, absorve os seus ensinamentos. Neste sentido, pode-se falar da extensão popular como expressão daquele tipo de projeto que contribua com a organização das pessoas e da própria universidade, na perspectiva da aprendizagem mútua de cidadania que seja crítica enquanto propositiva e promotora de ações, mantendo os sonhos de uma sociedade inteiramente banhada pela justiça.

Não obstante, Melo Neto (2013, p. 90) enfatiza ainda que essa relação de saberes vai além da simples troca de conhecimentos, constituindo-se de elementos diversos e não apenas de aspectos relacionais, ao destacar “a necessidade da produção do conhecimento e não, simplesmente, a promoção de uma relação entre saberes acadêmicos e saberes populares. A

busca por produção de um conhecimento transpõe a dimensão de troca de saberes.” A produção de conhecimento dentro da extensão universitária e, por conseguinte, da extensão popular caracteriza-se como um de seus elementos fundamentais nessa relação.

Os saberes populares integram grupos de estudo, pesquisas, movimentos sociais e a vida nos territórios, constituindo elementos fundamentais no processo de organização da extensão popular. Essa perspectiva se alinha tanto ao pensamento freiriano quanto às contribuições de outros autores da educação popular. Como afirmam Cruz et al. (2018, p. 19):

Como processo em movimento, a Extensão Popular somente pode se dar quando a Extensão é compreendida como comunicação (conforme fundamentou Paulo Freire) e como trabalho social útil (conforme fundamentou José Francisco de Melo Neto). Assim, em primeiro lugar, a concepção de Extensão Popular implica a compreensão da Extensão como trabalho social útil.

A prática da extensão popular, pautada em metodologias participativas e na adoção de uma pedagogia dialógica, estabelece relações horizontais com a comunidade, promovendo ações que dialogam diretamente com sua realidade e visam à transformação social nos territórios. As devolutivas dos resultados sistematizados à comunidade permitem uma releitura crítica de seus contextos, de seus saberes e de sua prática social, fortalecendo o processo educativo e emancipatório.

A extensão universitária foi amplamente discutida por Paulo Freire, que a compreendia como uma oportunidade de aproximação entre a universidade e a sociedade, bem como um instrumento de transformação social. Nessa perspectiva, Freire (2015, p. 13) problematiza o próprio conceito de extensão, afirmando que:

Poder-se-ia dizer que a extensão não é isto; que a extensão é educativa. É por isto que a primeira reflexão crítica deste estudo vem incidindo sobre o conceito mesmo de extensão, sobre seu 'campo associativo' de significação. Desta análise se depreende, claramente, que o conceito de extensão não corresponde a um que-fazer educativo libertador. Com isto não queremos negar ao agrônomo, que atua neste setor, o direito de ser um educador-educando, com os camponeses, educandos-educadores. Pelo contrário, precisamente porque estamos convencidos de que este é o seu dever, de que esta é a sua tarefa de educar e de educar-se, não podemos aceitar que seu trabalho seja rotulado por um conceito que o nega.

Com isso, Freire (2015) critica o modelo tradicional de extensão, sustentado por uma lógica hierárquica entre universidade e comunidade, no qual o conhecimento é transmitido de forma vertical e unilateral. Para o autor, a extensão universitária deve se constituir como uma prática dialógica, baseada no reconhecimento e na valorização dos saberes populares e na construção coletiva do conhecimento. A universidade deve colocar-se a serviço da

comunidade, escutando suas demandas e necessidades e contribuindo para a formulação conjunta de soluções para os desafios vivenciados pela população (Santos, 2023).

Cabe aqui ressaltar também uma breve abordagem da educação popular como campo do conhecimento que, a partir de sua dinâmica e de seus elementos fundacionais, tem contribuído significativamente para as bases metodológicas e pedagógicas da extensão popular. Segundo Melo Neto (2013, p. 14), a educação popular é concebida como uma prática educativa que emerge dos contextos populares da sociedade e é atravessada por elementos da cultura e pelas lutas contra a opressão. Para o autor, essa modalidade educativa articula-se com os processos organizativos dos territórios populares, valorizando seus saberes e práticas na construção de um projeto coletivo de transformação social. Ele afirma que:

[...] o popular adquire, a partir da ótica da cultura do povo, um significado específico no mundo em que é produzido, baseando-se no resgate cultural desse povo. Os processos simbólicos têm razão no ambiente da própria comunidade, porém no sentido da ampliação do horizonte cultural das classes. O conceito é o elemento adjetivante da educação, enquanto propõe a construção das utopias libertárias, na tentativa de superação da exploração do oprimido (Melo Neto, 2013, p. 14).

Essa perspectiva dialoga profundamente com os fundamentos da pedagogia de Paulo Freire (1987), que compreende a educação como uma prática da liberdade, ancorada no reconhecimento do saber popular e no compromisso com a transformação da realidade opressora. Para Freire, educar é um ato político, no qual educadores e educandos constroem juntos um processo de conscientização crítica e emancipatória da realidade de exclusão em que vivem.

Da mesma forma, Calado (2021) contribui para esse debate ao afirmar que a educação popular não se limita à transmissão de conteúdos, mas se constitui como um processo dialógico, horizontal e comprometido com a autonomia dos sujeitos populares. Em sua concepção, o campo popular é o lugar privilegiado da produção de sentidos e saberes que resistem à lógica dominante, sendo fundamental para a construção de uma pedagogia enraizada nos territórios e nas lutas sociais.

Dessa forma, ao compreender a categoria do popular como elemento que adjetiva a educação, Melo Neto (2013) aproxima-se de Freire (1987) e Calado (2021) ao defenderem uma educação que não apenas reconhece a cultura popular, mas a coloca como ponto de partida que contribui para a construção de utopias libertárias e de projetos coletivos de superação das desigualdades históricas.

A descolonialidade, por sua vez, denuncia as continuidades coloniais no conhecimento, nas instituições e nas relações sociais. Autores como Quijano (2005), Mignolo (2003) e Dussel (2005) propõem uma ruptura com a racionalidade eurocêntrica e a valorização de epistemologias locais, ancestrais e insurgentes. Para Dussel (2005, p. 29):

Se a Modernidade tem um núcleo racional ad intra forte, como “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, ad extra, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência.

O autor defende que a racionalidade eurocêntrica impôs um modelo único de saber e de ser no mundo, colocando à margem epistemologias indígenas, africanas e populares. Para tanto, a descolonialidade propõe uma reorientação no campo epistêmico e político que valoriza os saberes localizados e coletivos, construindo, assim, alternativas ao modelo hegemônico de modernidade em seus vários sentidos. A descolonização do saber e do ser é a construção de sentidos outros de vida, de territorialidades, de humanidade e de culturas plurais.

Santos e Meneses (2010) propõem a ecologia dos saberes como um caminho percorrido para o reconhecimento da diversidade epistêmica do mundo na perspectiva do Sul Global. Assim, Santos (2005, p. 9) considera que a “[...] superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil [...]”. Afirma que todos os saberes são válidos dentro de seus contextos e que o conhecimento científico deve dialogar com os saberes populares sem hierarquias. Essa base teórica reforça o caráter crítico, participativo e transformador da extensão universitária e da extensão popular.

As ações do projeto de extensão Universidade Popular da UFPI-CPCE, especialmente as desenvolvidas em territórios do campo, podem ser entendidas como uma expressão concreta da ruptura com a racionalidade eurocêntrica (Piauí, 2017). Ao valorizar os saberes dos territórios camponeses, suas práticas culturais, modos de vida e formas de organização, o projeto se inscreve no campo do que Santos (2010) denomina epistemologias do Sul, um conjunto de saberes historicamente silenciados pelo colonialismo e pela ciência moderna hegemônica.

No mesmo sentido, o projeto dialoga com a tradição da educação popular freiriana, que reconhece o saber popular como ponto de partida para o processo educativo. Como

destaca Silva (2017; 2020), trata-se de uma universidade em comunhão com os povos, onde o conhecimento é construído no encontro entre os saberes acadêmicos e os saberes locais, desafiando a hierarquia imposta pela racionalidade moderna ocidental.

Assim, a Universidade Popular atua no que Mignolo (2003) denomina pensamento de fronteira, um local epistemológico que emerge nos contatos entre os saberes formais e os conhecimentos tradicionais. Ao criar esses espaços de escuta, diálogo e ação coletiva, o projeto tensiona, por meio da desobediência epistêmica proposta por Silva (2017), várias estruturas de saberes impostos pela lógica eurocêntrica, oferecendo uma prática universitária comprometida com a transformação social e com a justiça cognitiva.

Nesse contexto, a experiência da Universidade Popular não é apenas uma extensão universitária, mas uma prática política e epistemológica que tensiona a própria lógica da universidade tradicional, promovendo, assim, o que Melo Neto (2006) denomina como um processo de abertura da universidade, fundada na escuta dos sujeitos populares e no compromisso com a emancipação coletiva.

4 A organização do pensamento na inclusão

A experiência do projeto de extensão Universidade Popular reafirma a importância da extensão crítica como prática transformadora, ética e descolonial. Ao promover a integração entre universidade e sociedade, o projeto resgata o compromisso público da instituição e amplia sua função social, indo além dos muros acadêmicos e estabelecendo vínculos concretos com os territórios populares.

Nesse processo, o reconhecimento dos saberes comunitários, a escuta ativa das demandas sociais e a atuação compartilhada nos espaços rurais e periféricos constituem pilares de uma prática pedagógica e política que desafia as lógicas hegemônicas de produção do conhecimento. Trata-se de uma extensão que não apenas comunica, mas dialoga; que não ensina de cima para baixo, mas constrói coletivamente, com base no respeito, na escuta e na solidariedade.

A continuidade e o fortalecimento dessa experiência são fundamentais para a consolidação de uma universidade pública, popular e plural, uma universidade que responda aos desafios contemporâneos com sensibilidade social, rigor científico e compromisso político. O projeto Universidade Popular se apresenta, portanto, como um exemplo vivo de

que é possível praticar uma extensão universitária comprometida com a justiça social, a equidade e a emancipação dos sujeitos historicamente excluídos.

A experiência do projeto Universidade Popular UFPI-CPCE reafirma, ao integrar universidade e sociedade, o compromisso público da instituição e promove um espaço de co-construção de saberes. O reconhecimento dos saberes populares, a escuta das demandas sociais e a atuação nos territórios reforçam o papel da universidade como agente de justiça social e emancipação. A continuidade dessa experiência é fundamental para fortalecer a universidade pública, popular e plural que a sociedade brasileira necessita.

Referências

BORDA, Orlando F. La ciencia y el Pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción. In: La sociología em Colombia: balance y perspectivas. Asociación Colombiana de Sociología. **III Congresso Nacional de Sociología**, Bogotá, 1981. Disponível em: <http://upedagogica.edu.bo/wp-content/uploads/2015/12/D.-Fals-Bordala-ciencia-y-elpueblo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação popular**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

CRUZ, Pedro J. S. C. et al. (org.). **Vivências de extensão em educação popular no Brasil**: volume 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edigardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 55-70. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Desmistificação da conscientização. In: TORRES, Carlos Alberto. **Consciência e história**: a práxis educativa de Paulo Freire. Coleção Paulo Freire nº 1. São Paulo: Loyola, 1979. p.105-118.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GIL, Antonio C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arlinda Schimit. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar. a abr. 1995.

Educação Popular: reflexões e práticas transformadoras no projeto de extensão Universidade Popular

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. Brasília: MMA, 2006.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular: enunciados teóricos**. v. 3, João Pessoa: Editora do CCTA, 2013.

MINGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

PIAUÍ. Universidade Federal do. **Texto Base do projeto de extensão Universidade Popular**. Bom Jesus (PI): Arquivos do projeto U. P., 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESSES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, José Ledy Carvalho. **Extensão popular e educação popular: práticas educativas para descolonização da extensão universitária**. 180 f. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa, 2023.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da. **Educação popular, epistemologia transgressora e ciência descolonial: reinventar o conhecimento e a universidade**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Piauí, Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2017. 328 f.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da. Educação do campo e o paradigma da extensão descolonial na universidade pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp3, p. 2382–2395, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp3.14447. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14447>. Acesso em: 13 abr. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

Nota

ⁱ O termo descolonial é utilizado ao longo do texto como conceito que é reconhecido na própria realidade, pois não existe o uso recorrente da decolonialidade, apesar de expressar semânticas que convergem para os processos de descolonização do conhecimento hegemônico do eurocentrismo.

Sobre os/as autores/as

José Ledy Carvalho Santos

Licenciado em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais (2019) pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais - Área Educação (2021) pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em Educação (2023) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB), linha Educação Popular. Membro do projeto de extensão Universidade Popular (desde 2018) - UFPI. Atuou como professor celetista em escola do campo do Ensino Fundamental II (2021), em Bom Jesus - PI. Membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB) e do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES).

E-mail: jlcs2@academico.ufpb.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2074-4061>

Maria do Socorro da Silva Arantes

Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI) do Curso de Pedagogia (CCE-DEFE) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGP-UFPI). Doutora em Educação (UFPI) com Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Sociais (CES) na Universidade de Coimbra (UC) em Portugal. Atualmente, na pesquisa desenvolve projeto de internacionalização da ciência indígena (Brasil-Bolívia) financiado pela CAPES - Abdias Nascimento. Na dimensão da Extensão coordena o Projeto de Extensão GOVERNANÇA POLÍTICA E GESTÃO INDÍGENA PARA EQUIDADE: capacitação técnica-científica em política educacional para educadores indígenas, e na dimensão do Ensino coordenou a primeira *Lato Sensu* com a Especialização em Educação do Campo da UFPI. Investiga as áreas da Educação, Educação Popular, Educação do Campo, Política Educacional, Formação de Professores, Prática Pedagógica, Prática Educativa, Ciência Descolonial, Universidade, Metodologias Participativas, Investigação-ação Participante, Política de Educação, Globalização Colonial, Estado. Políticas Públicas. Povos Indígenas. Povos do Campo. É associada ao Grupo de Estudos Indígenas da ANPEd. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES). Autora de Livro: Educação popular, pedagogia participante e incidência política da escola de formação Quilombo dos Palmares (EQUIP) no nordeste brasileiro; O perfil socioeducacional dos discentes da licenciatura em educação do campo: impasses e desafios na luta dos camponeses pela democratização da universidade.

E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3877-2420>

Recebido em: 23/08/2025

Aceito para publicação em: 22/09/2025